

Simonsen defende o pagamento dos juros em janeiro

MÔNICA MAGNAVITA

Se o Brasil não retomar o pagamento dos juros da dívida externa em janeiro, os créditos do País junto aos bancos privados internacionais serão reclassificados como **value impaired** (valor depreciado) por uma agência fiscalizadora do Governo dos Estados Unidos, a Icerc. Esta foi a observação do ex-Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, que é membro do Conselho do maior credor externo do Brasil, o Citibank, ao analisar a hipótese de o Governo continuar em moratória caso não consiga um acordo mais amplo de reescalonamento da dívida em janeiro, posição tomada na época da conclusão do acordo provisório feito pelo então Ministro da Fazenda Bresser Pereira.

— Mas impasses para o fechamento de um acordo provisório não há. Se, no entanto, a dívida brasileira for reclassificada, além da suspensão de desembolso da segunda parcela do empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões concedido ao País no mês passado, os bancos aumentariam suas provisões em 15% para o Brasil e fechariam o acesso do País à comunidade financeira internacional. Se bem que este canal, na prática, já foi interrompido, uma vez que os bancos não têm liberado empréstimos novos há alguns anos. Com o superávit deste ano, estimado em US\$ 11 bilhões, será difícil convencer os credores da inviabilidade financeira do País de pagar os juros relativos a 1988 — afirma Simonsen.

De qualquer forma, mesmo que este pagamento esbarrasse na dificuldade de caixa (falta de reservas), o Brasil poderia chegar a um acordo satisfatório com os credores se assumisse uma posição politicamente mais flexível, observou Simonsen, entendendo-se por flexível uma postura de conciliação, que a seu ver, resume-se em não usar este argumento para tentar um fortalecimento político do interno, como ocorreu em fevereiro do ano passado com a moratória.

Inadimplente de fato, o Brasil poderia negociar com os bancos um "adiamento" (palavra mágica neste caso) dos pagamentos. "Nunca, em hipótese alguma", frisou o professor Simonsen, que vai participar da reunião do Conselho do Citibank no próximo dia 17, "deve-se insistir na palavra moratória. Na prática nada mudaria, mas a nova retórica renderia ao País o refinanciamento de parte dos juros relativos a 1988. Neste caso, a decisão é de política interna. O Presidente Sarney precisa optar entre o custo político de uma postura conciliadora com os credores e o ônus de uma posição de confronto". Já o economista Edmar Bacha,

consultor do Grupo dos 24 (que reúne os países em desenvolvimento) e professor da PUC carioca, acredita que o Governo terá o bom senso de não retomar os pagamentos, com este volume de reservas (em torno de US\$ 4,5 bilhões) sem o fechamento de um acordo. Ele não discute a retórica do Governo, mas afirma que "será lamentável se a moratória não for preservada. A posição de Bresser a respeito deste item é um princípio negociador que precisa ser mantido". E um dos grandes trunfos do Governo.

Na opinião do professor Bacha, o pagamento dos juros deve estar condicionado ao desembolso de dinheiro novo. Isto é, o Governo reinicia os pagamentos, desde que os bancos refinanciem a outra parte. Mas, segundo ele, não há impasses neste sentido. "Os credores poderão alegar agora, com muito mais validade, disse, que estão dispostos a oferecer recursos para cobrir as necessidades de 1988. Não há nenhuma razão objetiva para uma atitude contrária", avaliou. Esta discussão, no entanto, deve prosseguir até meados do ano e até lá o professor acredita que o Governo não pagará os juros.

Ainda assim, no entender de Bacha, o discurso de conciliação deverá prevalecer, observa, uma vez que o mais importante para os credores é que o Brasil não retorne à moratória. Apesar disso, dificilmente o País conseguirá **spreads** (taxas de risco) semelhantes aos do México, de 0,8125%, o que só seria possível den-

tro de um acordo de longo prazo. E este acordo estaria condicionado a um entendimento formal com o FMI, caminho que, na sua opinião, o Governo deverá trilhar brevemente.

Mas há outro problema: Nem os bancos, nem o FMI, nem a população brasileira acreditam que o Governo conseguirá reduzir o déficit público a 2% do PIB, como anunciou, e conter o processo inflacionário neste ano. Por isso, eles teriam que fazer vista grossa para esta inviabilidade quando o Brasil apresentar programa de estabilização. Para o professor Simonsen isso não é problema, porque o que interessa aos credores é o saldo da balança comercial, que deverá atingir os US\$ 11 bilhões em 1988. Mas Bacha analisa a questão por outro ângulo:

— A dificuldade para o Governo está em fazer um programa interno convincente para o Fundo e politicamente palatável para o Presidente Sarney, analisou. Mas como há um prêmio grande para que o Brasil não retorne à moratória, o que se tornou um elemento de alta intranquilidade nos mercados financeiros internacionais, é possível que o FMI seja bastante flexível na aceitação de um programa improvisado. Este é o grande trunfo brasileiro.

O Brasil está sendo empurrado para o Fundo porque os bancos insistem em que só vão liberar dinheiro novo caso o País acerte as contas com as entidades oficiais de crédito, Banco Mundial (Bird), Clube de Paris e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

